

Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Dada a relevância do tema, é imprescindível que os servidores que atuam no Poder Judiciário estejam alinhados às Leis, Resoluções e Recomendações atuais sobre a temática. Entre as normativas jurídicas que justificam a necessidade de capacitação desses profissionais para lidarem com casos de Violência Doméstica podemos citar a Lei Maria da Penha, Lei n. 11.340/2006; a Resolução do CNJ n. 254/2018; as Recomendações do CNJ n. 79/2020 e n. 82/2020; a Recomendação do CNJ n. 124/2022, entre outras.

MODALIDADE

EAD-Autoaprendizagem¹

CARGA HORÁRIA

20 horas

DISPONIBILIDADE²

60 dias para concluir

PÚBLICO-ALVO

Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as).

CERTIFICADO

Para emitir, conclua o curso com média final mínima de 7,0.

INSTRUTORES(AS)

Aline Vettorazzi Del Fabbro
Dr.^a Andrea Hoch Cenne
Carolina Rocha Bernhard
Dr.^a Denise Dias Freire
Dr.^a Karen Luíse Vilanova B. de Souza
Des. Luciano André Losekann
Dr.^a Madgéli Frantz Machado
Mariana Pires Borba
Maurício Silva Colferai
Michella Besson Bittencourt
Dr.^a Tais Culau de Barros
Des.^a Viviane de Faria Miranda

AVALIAÇÃO

Atividade avaliativa sobre os conteúdos do curso, disponibilizada no ambiente virtual e com duas chances de alcançar a média.

OBJETIVO

Conhecer normas e procedimentos relativos ao enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para atualização acerca da temática e qualificação profissional, com atenção especial aos direitos humanos e à perspectiva de gênero, raça, etnia e interseccionalidades.

CONTEÚDO

Normativas internacionais, regionais e nacionais de proteção dos Direitos Humanos das Mulheres. Regramentos do CNJ e do TJRS. Gênero e interseccionalidades. Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero (Resolução CNJ 492/23). Atuação e julgamento com perspectiva racial. Lei Maria da Penha: Lei 11.340/2006. Procedimentos. Fluxos. Ferramentas para o enfrentamento à violência contra a mulher. Femicídio. Rede de proteção e atendimento prevista na Lei Maria da Penha. Importância da atuação multidisciplinar e articulação com a rede. Desafios e possibilidades. Atendimentos, fluxos e gestão da unidade. A atuação dos oficiais de justiça no cumprimento das diligências no âmbito da violência doméstica. Boas Práticas.

¹ A modalidade EAD-Autoaprendizagem não tem tutoria e tira-dúvidas de conteúdo.

² Prazo que o curso ficará disponível para conclusão a partir da inscrição, não é prorrogável.



E faça também parte da

COMUNIDADE

